

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E AFIRMATIVAS (OPPA!)



MACEIÓ – 2024

SUMÁRIO

Resumo	3
Público-Alvo da Iniciativa	3
Descrição da situação-problema	4
Objetivos	4
Análise/Diagnóstico da Situação-problema	5
Recomendações de intervenção	6
Responsáveis e contato	7
Data da realização do relatório	7
Referências	8

Resumo

Passados 12 anos da publicação da Lei 12.711/2012, são raros e pontuais os dados publicizados para avaliar sua efetividade. A maioria das iniciativas foram formuladas por pesquisas acadêmicas em programas de pós graduações ou artigos científicos quando as próprias gestões das instituições federais de ensino superior deveriam contribuir com avaliação das políticas por elas implementadas fechando/retroalimentando o ciclo administrativo ou do ciclo de políticas públicas.

Bastos *et al* (2022) buscou avaliar o PNAES na UFPE através de relatórios de gestão e percebeu a falta de indicadores de resultados. O mesmo acontece quando se busca avaliar a política de cotas.

Tendo em vista a escassa publicização pela gestão de indicadores que demonstrem os resultados de políticas implementadas na universidade, sugerimos o desenvolvimento do Observatório de Políticas de Permanência e Afirmativas (OPPA!), uma iniciativa para solucionar a falta de transparência e avaliação contínua das políticas de cotas e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A OPPA! centraliza dados essenciais, possibilitando o monitoramento contínuo e a análise dos resultados dessas políticas, com indicadores que abrangem desde evasão e retenção até desempenho acadêmico e apoio financeiro. A proposta é fornecer uma ferramenta estratégica para gestores e pesquisadores, visando aprimorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas de inclusão e permanência estudantil.

Público-Alvo da Iniciativa

A transparência sobre os impactos das políticas públicas é um elemento que beneficia toda a sociedade. Gerar informação consistente sobre os resultados alcançados por uma política podem legitimá-la perante a sociedade, apontar possíveis melhorias ou mostra a necessidade de finalização.

Além disso, a iniciativa do OPPA! pode gerar insights importantes para os tomadores de decisão a respeito da política, gestores universitários, coordenadores de curso, beneficiando as instituições e o público-alvo das políticas, os estudantes beneficiários.

Descrição da situação-problema

A falta de avaliações periódicas da política de ação afirmativa pela própria burocracia estatal traz a necessidade de avaliações por outras fontes. A maioria das iniciativas no que se refere à política de cotas ou o PNAES foram formuladas por pesquisas acadêmicas em programas de pós graduações ou artigos científicos quando as próprias gestões das instituições federais de ensino superior deveriam contribuir com avaliação das políticas por elas implementadas fechando/retroalimentando o ciclo administrativo ou do ciclo de políticas públicas.

Esta pesquisa iniciou-se com o objetivo de avaliar a efetividade do PNAES, mas diante da dificuldade na obtenção de dados referente à identificação dos beneficiários junto ao STI optou-se por avaliar a política de cotas. Essa dificuldade se deu pela falta de integração das informações entre a PROAES e o STI no que se refere aos beneficiários do PNAES visto que a base de dados necessária está distribuída em diversos setores, algumas fora da base de dados do sistema acadêmico utilizado na instituição.

A falta de um sistema eficiente para monitorar e avaliar esses programas dificulta a compreensão de sua real eficácia e a identificação de áreas que necessitam de melhorias. A ausência de dados consolidados e de análises contínuas pode comprometer a capacidade das IFES de tomar decisões informadas e de ajustar as políticas para melhor atender os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Objetivos

O desenvolvimento do OPPA! visa superar alguns problema encontrados durante a pesquisa, trazendo transparência sobre indicadores de resultados alcançados pelas políticas afirmativas e de permanência implementadas pela UFPE ao facilitar o acesso a essas informações, possibilitar um monitoramento da eficácia das políticas de cotas e do PNAES, fornecendo análises detalhadas e relatórios periódicos para apoiar a tomada de decisões estratégicas gerando *insghs* importantes para o aprimoramento das políticas de inclusão e assistência estudantil, podendo ser uma iniciativa exportada para outras IFES, contribuindo também para a legitimação dessas política e.

Análise/Diagnóstico da Situação-problema

Penha (2015) há alguns anos já apontou a deficiência no monitoramento do PNAES e sugeriu aspectos analíticos importantes para o monitoramento e a avaliação mais efetiva na perspectiva de aprimoramento da política pública, podendo ser um guia para indicar quais indicadores utilizar. Bastos *et al* (2022) verificou que se há monitoramento, não há divulgação dos resultados através dos relatórios de gestão.

O mesmo acontece com a política de cotas, são escassos os registros a respeito de seus resultados. Embora alguns indicadores de resultado como evasão e coeficiente sejam publicizados em alguns relatórios de gestão da UFPE, eles são voltados para a avaliação institucional, sem o recorte necessário para avaliação das políticas públicas implementadas pela instituição.

A Lei de Cotas em seu artigo sétimo diz que “a cada 10 (dez) anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a avaliação do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública”, deixando omissos quais os critérios para essa avaliação (Brasil, 2012).

A partir da Lei nº 14.723/2023 que atualiza a lei de cotas espera-se que este problema seja resolvido, haja vista o parágrafo único de seu artigo sétimo que diz que “o MEC divulgará, anualmente, relatório com informações sobre o programa especial de acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, do qual deverão constar, ao menos, dados sobre o acesso, a permanência e a conclusão dos alunos beneficiários e não beneficiários desta Lei” (Brasil, 2023).

Segundo Wainer e Melguizo (2018) são quatro as dimensões para se avaliar uma política de inclusão no ensino superior: o acesso à educação, esperando que uma maior diversidade de alunos ingresse na instituição; a evasão e o tempo de conclusão, tendo em vista que alunos mais vulneráveis têm mais dificuldades em se manter no curso, seja por vir de escolas públicas, em sua maioria com educação mais precária, seja por dificuldade financeira de se manter no curso; e o rendimento acadêmico, comparando-se notas entre beneficiários e não beneficiários, que em última instância pode indicar o nível de conhecimento dos alunos de cada grupo.

A definição de Wainer e Melguizo (2018) podem orientar mas não limitam os indicadores a monitorar para avaliar a política de cotas. Já para o PNAES, o trabalho de de Penha (2015) pode ter a mesma utilidade.

Recomendações de intervenção

Para o desenvolvimento dessa plataforma, sugere-se a formação de comissão *ad hoc* composta por servidores de departamentos chaves devido às suas responsabilidades ou competências em temas necessários ao projeto como o STI, a recém criada Diretoria de Políticas Afirmativas, PROAES, Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (DEPLAG) e a Coordenação de Acompanhamento Acadêmico da Graduação da PROGRAD ou ainda em parceria com o CITi, empresa Júnior de tecnologia do CIn.

Inicialmente a plataforma terá utilidade para que todos interessados possam visualizar gráficos através de *dashboards* interativos com indicadores de desempenho ao longo dos anos (evasão, retenção, trancamento reprovação, coeficiente de rendimento acadêmico e outros sugeridos pelos órgãos técnicos da instituição), sendo possível comparar cotistas e não cotistas, beneficiários do PNAES e não beneficiários, tipos de benefícios e segmentar por período, curso, gênero, idade, centro, ou ainda outros critérios de relevância.

Para o público interno da instituição que por ofício estão ligados às políticas avaliadas será possível gerar relatórios e monitorar de forma contínua os dados dos sistemas institucionais de gestão acadêmico, com recorte da avaliação das políticas em tela. Tal plataforma poderá ainda ser desenvolvida para utilizar ferramentas estatísticas de análise de dados afim de identificar tendências e padrões, ou modelos preditivos para estimar o impacto de diversos fatores no desempenho acadêmico.

Responsáveis

Discente: Felipe Lucena Carneiro de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco

Cidade Universitária. CEP.: 50.670-901 – Recife, PE – Brasil

Telefone: (81) 21268399

Orientador: Anderson Moreira Aristides dos Santos

Universidade Federal de Alagoas, Feac/Ufal.

Tabuleiro do Martins. CEP.: 57.072-900 - Maceió, AL - Brasil

Telefone: (82) 32411635

Data da realização do relatório: 07/08/2022

REFERÊNCIAS

BASTOS, Ana Maria; DOS SANTOS, Aluísio Norberto; CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, Felipe Lucena; PEIXOTO SANTA RITA, Luciana; GAMEIRO GUIMARÃES, Rodrigo; SETTON GONÇALVES, Bruno. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES NA UFPE . REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE, [S. l.], v. 12, n. 13, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/15108>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Disponível em: Legislação Informatizada - lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

PENHA, J.B.P. Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão. Recife: UFPE, 2015. 186f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014I. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.